

ROSAS; Gabrielly Ferreira¹, SOUZA; Vitória Lima de², SILVA; Alan Victor Soares Lemos da³, SANTOS; Daniel Mosiah Nogueira dos Santos⁴, RODRIGUES; Débora Pinto⁵, AZEVEDO; Francimar Virgolino de⁶, BALASTIERI; Lucas Alberto Menezes⁷, FREITAS; Millena Andrade de Freitas⁸, SANTOS; Thales Vasconcelos dos Santos⁹

RESUMO

INTRODUÇÃO/OBJETIVO: A saúde é a liberdade de decisão que um ser humano tem de decidir se quer ter relações sexuais ou não, se quer ter filhos, quantos e quando e saber também a existência de métodos contraceptivos. Além de ter direito em ter acesso à informação adequada para prevenir gravidez indesejada ou doenças sexualmente transmissíveis. A adolescência é uma fase da vida que envolve descobertas, e com elas despertam o lado sexual. Com isso, a saúde sexual dentro desse contexto se torna um aliado através de estratégias de informação e educação. O presente trabalho tem por objetivo analisar as políticas públicas relacionadas ao controle de ISTs na adolescência no estado de Rondônia. As infecções sexualmente transmissíveis continuam a ser um problema de saúde pública global. Em 2016, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou que existiam 376,4 milhões de casos de IST curáveis entre pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos. Desse modo, esse dado indica uma elevada incidência de infecções sexualmente transmissíveis e justificam a definição da estratégia global e das ações prioritárias da OMS para atingir a meta de eliminação das infecções sexualmente transmissíveis até 2030. De acordo com Secchi (2017) Políticas Públicas são “diretrizes elaboradas para enfrentar um Problema público” e para Saravia (2006, pág. 29) “um sistema de decisões públicas [...], destinados a manter ou modificar a realidade de um ou mais setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos” (ROSA, 2019). Este trabalho tem como foco as Políticas Públicas de IST, que estão dentro da área de atuação da vigilância epidemiológica. O texto da Política Nacional de IST/aids de 1999 aborda três objetivos que norteiam essas ações. São elas: reduzir a incidência de infecção pelo vírus HIV/aids e por outras IST; ampliar o acesso ao diagnóstico, ao tratamento e à assistência no que se refere ao HIV/aids; fortalecer as instituições públicas e privadas responsáveis pelo controle das IST e da Aids (ROSA, 2019). Esses objetivos servirão de base para as ações de prevenção, de assistência, de garantia dos direitos humanos, da comunicação social e de desenvolvimento institucional que estejam no contexto da tomada de decisões de políticas públicas. Existem algumas recomendações para melhorar as políticas de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), como por exemplo: treinamento dos professores, campanhas de conscientização, tecnologia e informações online, apoio de pais e responsáveis, ampliar a testagem gratuita, promover a saúde mental, envolver profissionais da saúde e etc. Políticas públicas desempenham um papel fundamental na abordagem desse problema - são essenciais para proteger a saúde dos adolescentes e devem ser implementadas de maneira sensível e abrangente, envolvendo toda a comunidade. **MATERIAL E MÉTODOS:** O presente trabalho tem enfoque descritivo de natureza quali-quantitativa, foram utilizados dados de artigos científicos e em sites, como o da OMS e o da SEMUSA. Desse modo, teve como local de estudo o Estado de Rondônia, principalmente, a capital. Graças ao Sistema Único de Saúde, o acesso aos serviços oferecidos pelo SUS é garantido à população de forma gratuita. É garantida a qualidade, promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos, inclusive a saúde sexual. A Lei 13.504 de

¹ Centro Universitário São Lucas , gabriellyferreirarosas@gmail.com

² Centro Universitário São Lucas , vitoria0906silva@gmail.com

³ Centro Universitário São Lucas , alanvicsl08@gmail.com

⁴ Centro Universitário São Lucas , danielnogueira9@outlook.com

⁵ Centro Universitário São Lucas , deboraprodigues327@gmail.com

⁶ Centro Universitário São Lucas , franca-azevedo@hotmail.com

⁷ Centro Universitário São Lucas , L.balestieri1104@gmail.com

⁸ Centro Universitário São Lucas , millenaandrad@yahoo.com

⁹ Centro Universitário São Lucas , thalespvh123@outlook.com

2017 estabelece uma campanha de conscientização chamada “Dezembro Vermelho” direcionada ao tratamento precoce da Aids além de outras infecções sexualmente transmissíveis. **RESULTADO E DISCUSSÃO:** Em 2009, o sistema básico de saúde de Porto Velho apresentava elevado índice de gestantes menores de 20 anos, aproximadamente 27,90%, conforme abordado no artigo: “Adolescência e Sexualidade: um Estudo Exploratório em uma Escola de Porto Velho-RO”. Com esses dados, buscou-se saber qual era a percepção dos adolescentes sobre a saúde sexual. Isto torna-se preocupante pois, com essas taxas de gestantes com menos de 20 menos, levanta-se uma problemática sobre a percepção que esses jovens têm com relação à saúde sexual. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho (SEMUSA), dos 2557 partos ocorridos em 2022 na Maternidade Municipal de Mãe Esperança, 447 foram de mulheres na faixa etária de 10 a 19 anos, um número bastante alarmante, visto que, se trata de um problema de saúde pública. Com esses dados, buscou-se saber qual era a percepção dos adolescentes sobre a saúde sexual. **CONCLUSÃO:** Com isso, a prevenção de ISTs em adolescentes é de vital importância para um bem-estar da sociedade, já que, diminui de forma considerável os casos de ists e, assim, preserva o bem-estar dos adolescentes. No entanto, nota-se que no estado de Rondônia é negligente, já que, existe alto índice de gravidez na adolescência o que pode ocasionar também o aumento de pessoas contaminadas por diversas IST’s. Portanto, é imprescindível que o Estado crie estratégias mais eficazes, como por exemplo, aderir um dia no calendário a fim de conscientizar os adolescentes que estão vulneráveis a infecções sexualmente transmissíveis.

PALAVRAS-CHAVE: ISTS, Política Pública, Saúde Sexual